



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

**ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HIDRICOS DO AMAZONAS – CERH-AM,  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE  
2016.**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7 Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, de 09h30 as 11h,  
8 na Sala de Reunião Engels Medeiros na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas  
9 - FIEAM, situado a Av.: Joaquim Nabuco, 1919 – Centro, Manaus-AM, foi realizada a 32ª  
10 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas – CERH-AM,  
11 onde se discutiu a seguinte pauta: **1** - Abertura da reunião pelo Presidente do CERH; **2** –  
12 Leitura e aprovação da ATA da 31ª Reunião Ordinária do CERH do dia 21.09.2016; **3** -  
13 Calendário 2017; **4** - Apresentação dos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do  
14 Tarumã Açú; **5** – Apresentação do Pro comitê; **6** - Informes e assuntos Gerais. Estiveram  
15 presentes os seguintes conselheiros: Antônio Ademir Stroski (SEMA-AM), Delna Maria  
16 Brasil (AAM), Katia Viana Cavalcante (CEMAAM), Odinelza Pinho Araújo (COSAMA), Carlos  
17 José Bezerra de Aguiar (CPRM), Kyara Martins Formiga (CRBio), Sergio Bringel (CRQ14),  
18 Gisely Pereira de Souza (DEFESA CIVIL), Claudio dos Santos Belém (DEFESA CIVIL  
19 MANAUS), Izete Rodrigues Rabelo (FETAGRI), Renée Fagundes Veiga (FIEAM), Alfonso  
20 Quijano Pessoa (FUNASA), Rosa Mariette Oliveira Geissler (IPAAM), Alvimar D’Agostini (LA  
21 SALLE), Valdemir Ferreira Desoozx (SEDUC), Ingo Daniel Wahnfried (UFAM). Estiveram  
22 presentes como convidados: Sergio Miranda (IMA), Lucienne Castro (ARSAM), Teruaki  
23 Yamasui (FIEAM), Elcimar Correa de Souza (Inst. Poraquê), Sandra Regina Loyo P.  
24 Barroncas (SEMA), Izaias Nascimento dos Santos (SEMA), Marcele de Freitas Lopes  
25 (SEMA), Jose Carlos Monteiro de Souza (SEMA), Andrezza Suellen J. Lameira (SEMA),  
26 Maycon Douglas de O. Castro (SEMA), José Narbaes (SEMA), Florêncio Ivani de Castro  
27 Rodrigues (SEMA) e Glauce Maria Tavares Monteiro (SEMA). O Presidente Antonio Ademir  
28 Stroski iniciou a reunião às 09h30, dando boas vindas aos conselheiros presentes e falou  
29 que a exemplo do havia feito no dia anterior no Conselho de Meio Ambiente – CEMAAM,  
30 gostaria de registrar o lamentável acidente aéreo que vitimou cinco pessoas conhecidas e  
31 duas delas ligadas ao meio ambiente o Eng.º. Henrique e o Geólogo Fred Cruz, onde  
32 embarcou no Avião daquela viagem fatídica exatamente para ver a questão do garimpo em  
33 Novo Aripuanã onde está uma grande concentração de balsa acidente este ocorrido no dia  
34 07/12/16 (última quarta-feira), na ocasião o Presidente fez a leitura de uma nota de pesar



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

35 elaborada pela SEMA e compartilhada com todos por meio do whatsapp e solicitou que  
36 todos os presentes ficassem de pé para dar uma salva de palmas em homenagem aos dois.  
37 Dando seguimento a reunião o Presidente passou para o próximo ponto de pauta que trata  
38 sobre a Leitura e Aprovação da Ata da 31ª Reunião Ordinária do CERH. Não havendo  
39 manifestação. Deu-se por a ATA por APROVADA. Passo seguinte, aprovação do calendário  
40 de reunião prevista para 2017. O Presidente falou que, poderá fazer convocações para  
41 reuniões extraordinárias intercaladas antes da primeira reunião que está prevista para  
42 acontecer no dia 15 de março e muito provavelmente antes de terminar o mês de fevereiro  
43 por absoluta necessidade. O Presidente perguntou se algum conselheiro gostaria de fazer  
44 alguma consideração para as datas propostas. A Conselheira Delna (AAM) falou que seria  
45 bom as quarta-feira. O Presidente esclareceu que essas datas serão todas na quarta-feira.  
46 O Presidente falou que, no dia anterior foi definida a agenda preliminar para as reuniões  
47 ordinárias e extraordinárias do Conselho de Meio Ambiente, onde serão realizadas todas as  
48 sextas-feiras, por conta de proposta apresentadas foi discutido e assim decidido. Dessa  
49 forma, não havendo manifestação em contrário, considera-se essa agenda preliminar para  
50 2017, APROVADA. O Presidente falou que tem uma apresentação para fazer sobre as  
51 atividades realizadas no ano de 2016, que não está em pauta, porém se faz necessário essa  
52 informação. Que iria deixar para depois, mas prefere fazer logo porque em seguinte  
53 seguiremos uma ordem lógica, pelo seguinte fato do quarto item da pauta se tratar sobre  
54 comitê de bacia. O Presidente falou que iria iniciar sua apresentação e que se o Sr. José  
55 Carlos ou o Sr. Isaias quisessem fazer alguma observação poderiam interromper a qualquer  
56 tempo. O Presidente deu inicio a sua apresentação sobre as atividades desenvolvidas pela  
57 SEMA e Conselho de Recursos Hídricos no decorrer do ano de 2016. O Presidente falou  
58 que tem vivenciado na SEMA problema com o garimpo na calha do madeira, com isso  
59 alocamos recursos para trabalha o ZEE do madeira. Falou que o madeira é uma hidrovia  
60 federal estratégica não só para economia do Estado, mas também para o Estado de  
61 Rondônia e todo processo de abastecimento e é daqui que se estende todo suprimento e  
62 abastecimento para o próprio Estado de Roraima, temos uma relação muito boa com a  
63 Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Rondônia e evidentemente dentro do território  
64 Brasileiro, e evidentemente o Rio percorre esses dois estados, e que a gente comece a  
65 discutir a bacia hidrográfica do Madeira, pois aqui tem 9 aqui tem no território e Rondônia lá,  
66 e se serão feitas dentro de seu Estado ou no âmbito de atuação, de forma que a gente  
67 encaminhe de forma paralela, falou que vai compartilhar tudo que for feito e a Agencia  
68 Nacional de Aguas – ANA será consultada evidentemente. O Presidente falou que temos



69 Comitês importantes assim como, o Tarumã, o Puraquequara e o Miriti em Manacapuru que  
70 recebemos uma demanda agora, de pessoas preocupadas com a integridade das nascentes  
71 e afluentes do Rio Miriti, com a questão de ocupação e loteamento ilegal, desmatamento  
72 que esta acontecendo, e essas pessoas nos procuraram na esperança de criar uma RDS,  
73 foi feito um levantamento onde constatou-se que a área faz parte de uma ARPA municipal,  
74 sendo assim, não tinha como fazer. Dessa forma, foi sugerido fazer um comitê de Bacia  
75 Hidrográfica do Rio Miriti, então já há um interesse manifestado pelo pessoal de  
76 Manacapuru e certamente dará início nessa agenda para 2017. O Presidente falou que o  
77 Comitê do Puraquequara é um ato que realmente precisa sair. E também instalação de mais  
78 duas PCD no Município de Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira. Dessa forma, já  
79 começaremos o ano de 2017 com a agenda cheia, encerrada a apresentação o Presidente  
80 abriu para manifestação dos conselheiros que queiram dar suas contribuições. O  
81 Presidente pediu que quando os conselheiros fossem manifestar-se, se identificassem, pois  
82 a reunião estava sendo gravada, e na oportunidade agradeceu a FIEAM, por disponibilizar  
83 esse espaço tão confortável, funcional e prático para os conselhos que Preside e ainda  
84 coloca o serviço de apoio com gravação de áudio. O Professor Ingo Daniel (UFAM) disse  
85 que: gostaria de ter um pouco mais de esclarecimento sobre a questão do edital do Plano  
86 Estadual de Recursos Hídricos que tá disponível site e que vai ficar disponível por 45 dias, e  
87 falou também que, em conversa com o Professor Albertino, ele pediu para trazer também  
88 algumas questões a respeito do plano, como por exemplo, esse próprio mapa que foi  
89 definido com as nove regiões hidrográficas, e fez a seguinte pergunta: Se isso faz parte do  
90 conhecimento básico que vai ser transferido para as empresas que vai ganhar para poder  
91 trabalhar em cima disso ou vai partir do zero? E Como é vai ser feito nesse sentido? O  
92 Presidente falou que gostaria de dizer publicamente que não é especialista de recursos  
93 hídricos, e tem gente nesse conselho que tem domínio do assunto há mais tempo que ele.  
94 Falou que as regiões hidrográficas que foram mostradas, e já foi formalmente conhecida  
95 pelo conselho, a que se considerar isso pela instituição ou organização, quem ganhar o  
96 edital de licitação para elaboração do Plano, vai ter que ser considerado, mas terá que fazer  
97 um diagnóstico, por que o plano é "diagnóstico das diretrizes dos recursos hídricos do  
98 Estado todo. Sendo assim, os instrumentos legais e as normativas que já temos, além do  
99 que disponha o ordenamento legal para a política nacional de recursos hídricos, deve ser  
100 considerado, na ocasião falou ao Sr. José Carlos que deve ser disponibilizado a todos os  
101 conselheiros o edital, por ser um instrumento publico. O Presidente falou que a secretaria  
102 executiva do Conselho mandará para o e-mail de todos os conselheiros o edital que foi



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

103 publicado e que está disponível para conhecimento de todos. Falou também que, ele foi  
104 uma pessoa que exigiu um pouco mais de qualificação, porque o que quer com a licitação é  
105 que quem seja realmente do ramo elabore o Plano, por isso se agregou um pouco mais de  
106 exigência do corpo técnico que vai tratar disso, e sempre disse que na licitação temos que  
107 ter um pessoal qualificação senão cai sobre a Secretaria, melhor ainda que a empresa que  
108 ganhar a licitação seja do nosso Estado e composta por pessoas qualificadas. Após  
109 esclarecimentos o Presidente abriu para manifestação dos conselheiros. O Conselheiro  
110 Sergio Bringel (CRQ) falou que, a informação que pode dar sobre as regiões é que o  
111 Albertino participou ativamente, inclusive foi o relator da matéria e foi aplicada uma  
112 metodologia que não deu para seguir a metodologia de OTO, pois fica muito difícil aplicar  
113 aquela metodologia e criar comitês de bacias, e foi exatamente pensando na gestão de todo  
114 o recurso hídrico do Estado do Amazonas que se dividiu em 09 regiões de acordo com cada  
115 característica de cada região e acredita que já tem a documentação e deve seguir esse  
116 tramite e deve constar dentro desse plano. O Sr. José Carlos (SEMA) falou que realmente  
117 vai fazer parte, porque é uma resolução que foi publicada e toda documentação será  
118 entregue a empresa que ganhar a licitação, para ela siga todas essas normas, é  
119 fundamental. Outra coisa ponto que o Sr. José Carlos acrescentou é que o edital é pago e  
120 não tem como mandar aos conselheiros e qualquer pessoa que queira tirar o edital tem que  
121 pagar e os preços quem decide são a comissão de licitação. O Presidente disse que, todo  
122 processo administrativo licitatório é público, mas é claro que tem uma questão de disputa do  
123 processo licitatório, que é essa questão que o José Carlos levantou, porém tem informações  
124 técnicas que se pode compartilhar com os conselheiros sem problema algum, até mesmo  
125 porque são informações do Projeto Básico. Falou também que, a questão de comprovação  
126 dos recursos, quando o recurso é do Estado, o Tribunal de Contas tem atuado e já fomos  
127 auditados recentemente pelo Tribunal de Contas da União, tem questionamentos que foram  
128 apresentados, inclusive o que foi conveniado com a AADES e a forma como a está sendo  
129 executado esse recurso, e a não obstante da formalidade da união, é informado ao conselho  
130 a prestação de contas do que será executado, e coloca a disposição de qualquer um  
131 conselheiro que queira ter acesso, sem burocracia. Informou que tem conversado com a  
132 equipe da secretaria para reformular a pagina da secretaria de forma que seja bilíngue, para  
133 facilitar o entendimento dos parceiros que apoiam a SEMA e facilitar o dialogo que mantem  
134 com pessoas de varias partes do mundo, e vai constar na pagina tudo sobre os conselhos,  
135 inclusive o saldo dos recursos. O Sr. Elcimar Souza (Instituto Poraquê) falou que dada à  
136 transparência e por uma concorrência que acredita mais leal, e por não conhecer de fato e



137 de que maneira esse edital vai sair, uma proposição do instituto poraquê é que ao invés de  
138 colocar apenas um empresa para tomar conta dessas regiões, porque não fatiar, ao invés e  
139 colocar no edital uma para sete regiões, colocar as setes regiões para ser concorridas por  
140 varias empresas? O Presidente falou que foi feita a licitação para a elaboração do Plano,  
141 não se vai fazer a gestão de recursos, o Plano é diferente ele se constitui nas seguintes  
142 etapas: a empresa ou instituição que se habilitar dentro dos critérios colocados pelo edital  
143 de licitação e apresentar corpo técnico, qualificação e acervo técnico, ou seja, tem os  
144 requisitos e vai elaborar o plano de recursos hídricos ela vai fazer todo o diagnostico, da  
145 situação dos recursos hídricos do estado, do potencial, da legislação que tem, das  
146 normativas, das características hidro geológicas, e todas essas informações estabelecem  
147 diretrizes, como vamos implementar a politica de recursos hídricos no âmbito do estado,  
148 então, não vamos fazer nesse plano a gestão das sub-regiões, essas sub-regiões foram  
149 criadas do modo de vista das bacias que compõe o estado, e tudo que esta dentro dos  
150 limites do nosso território e para um ordenamento futuro para estabelecimento dos comitês  
151 de bacias, implementação de politicas, então, as regiões hidrográficas tem uma questão  
152 didática de ordenamento, é uma informação a ser considerado no plano, não é que é essa  
153 empresa que vai fazer não, a instituição a ser contratada tem a missão de fazer as consultas  
154 públicas, fazer o levantamento de dados, elaborar todas as diretrizes colocar e para  
155 consultar pública para discussão para aprovação para que a gente tenha depois um produto  
156 dizendo: “olha o Estado tem um Plano Estadual de Recursos Hídricos, que fez o diagnóstico  
157 consistente considerou todo dispositivo que nós já temos legais e propõe novos dispositivos  
158 complementares para que possamos fazer a gestão dos Recursos Hídricos e estabelece  
159 uma linha em um universo de tempo, que certamente com quatro anos precisa ser  
160 renovada”. O Conselheiro Sergio Bringel (CRQ) falou que a visão foi no sentido  
161 administrativo, essas nove regiões seriam onde se agregaria as bacias, dessa região então  
162 a partir dai se faria uma administração, e falou também que, na época tiveram problemas e  
163 ele visitou alguns municípios, inclusive município da calha do Purus, não queria ficar na  
164 bacia do Purus porque fazia suas obrigações em Manacapuru e queria ficar no Solimões. O  
165 Sr. José Carlos (SEMA) disse que esse recurso é uma parceria entre o Fundo Nacional de  
166 Meio Ambiente e a Secretaria de Recursos Hídricos Urbanos, então esse dinheiro vem de  
167 Brasília, e quando fizeram esse acordo com todos os Estados, eles já mandam um projeto  
168 Básico, quase fechado como sugestão de proposta deles, é elaborado inclusive junto com a  
169 ANA, então não é uma coisa que eles mandaram, para ser feito de qualquer jeito, e não é  
170 assim, teve todo um processo que teve que se seguir, foi feito uma proposta e foi



171 encaminhada a Brasília e eles demoraram a responder e quando responderam não  
172 concordaram com a nossa proposta. O Conselheiro Alvimar (LA SALLE) perguntou se uma  
173 vez elaborado o Plano, quem vai homologar esse plano feito pela empresa ganhadora da  
174 licitação? É uma comissão interna da secretaria? Ou vem para o conselho, ou seja, quem  
175 vai fazer a homologação? Dizendo que o plano esta de acordo. O Presidente falou que, tem  
176 uma câmara técnica, mas o Plano será submetido a consulta publica, ele foi colocado  
177 também na web, damos um prazo para as contribuições, depois realiza uma consulta  
178 publica presencial com as contribuições feitas, e passo a passo vai ser acompanhado por  
179 esse conselho também e o conselho vai constituir uma câmara especifica para analisar e em  
180 seguida será publicado no Diário Oficial e compartilhado a **Agencia Nacional (não entendi**  
181 **que agencia é essa)** . O Conselheiro Sergio Bringel (CRQ) disse que concorda com o  
182 representante da SEMA, quando se diz que foi feito umas alterações e a ANA rejeitou  
183 algumas informações, e essa informações precisamos saber se realmente estão dentro das  
184 nossas características, porque muitas vezes as pessoas colocam os projetos já prontos sem  
185 coincidir nada com nossas características, e precisamos saber para poder avaliar. O Sr.  
186 José Carlos (SEMA) falou que o projeto não é pronto e que existem umas definições dentro  
187 do projeto básico, algumas recomendações do Ministério, que são padrões para ser feito o  
188 plano de acordo com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, só que foi sugerido algumas  
189 mudanças, separar alguma licitação, parte da outra para tentar ir mais rápido, trocando  
190 alguns elementos de despesas e eles não concordaram, foi uma mudança técnica, e sim,  
191 mais mexer com a verba para poder ser mais ágil. O Presidente fez o seguinte comentário:  
192 sobre o conteúdo do Plano, na verdade, o que o Plano tem que ter está definido no Plano  
193 Nacional de Recursos Hídricos e nossa politica estadual também trata disso. Falou que acha  
194 importante o conselho participar da elaboração do Plano, e que acompanhe pare passo, que  
195 faça um trabalho de qualidade e que seja exigente com quem vai conduzir e executar, foi  
196 dado um prazo de 18 meses para elaboração do Plano. A Sra. Marcele Freitas (SEMA) falou  
197 que o fiscal do convenio em Brasília, deseja que na próxima reunião do comitê, ele participe  
198 também que dará mais legitimidade e transparência e ele vai ver que realmente estamos  
199 atuando, executando e fazendo algo com transparência, irá informar da próxima reunião  
200 para ele possa estar presente. Passo seguinte, apresentação dos membros que concorrem  
201 a diretoria da Bacia do Tarumã Açú. O Conselheiro Sergio Bringel (CRQ) pediu para fazer  
202 uma prestação de contas antes da apresentação da câmara técnica de bacia. O Conselheiro  
203 Sergio Bringel (CRQ) disse que a Câmara técnica de Bacias tem a incumbência de reativar  
204 o comitê de bacias do tarumã e do Puraquequara. Quanto ao comitê do Puraquequara ainda



205 não foi trabalhado, primeiro está tentando resolver o do Tarumã, que já estava criado e que  
206 só estava afastado, assim dizendo, afastado do conselho ou afastado do trabalho. No dia 05  
207 de novembro, aconteceu a primeira reunião no âmbito da câmara técnica e foi discutida a  
208 reativação do comitê, e essa reunião foi muito proveitosa porque de lá já saiu uma prévia de  
209 uma chapa, inclusive a pessoa que se candidatou está aqui presente e depois irá se  
210 apresentar e com isso na próxima reunião espera na próxima reunião que será dia 21,  
211 próximo, realizar a eleição da diretoria da Bacia do Tarumã, na sequencia será feito o  
212 relatório de encerramento das atividades para o comitê do Tarumã e apresentado a este  
213 conselho, para na sequencia iniciar o processo do comitê do Puraquequara. O Presidente  
214 falou que em questão do comitê de Bacia do Tarumã, ficou inativo durante seis anos, a  
215 última reunião do conselho foi em maio de 2010, e todos conselheiros sabem que nessa  
216 bacia do tarumã, se problema de toda ordem, e foi identificada a necessidade de retomar os  
217 comitês de bacias e não somente fazer isso, mas também não perder o que foi feito até  
218 então, assim como, o histórico do que foi construído, as contribuições que outras pessoas  
219 que conduziram o comitê, pessoas da academia e outras pessoas que doaram de si para o  
220 comitê, então, é resgatar o que foi feito, consolidar e restituir plenamente o comitê para que  
221 ele possa atuar e fortalecer mais adiante o licenciamento ambiental para ter um dialogo com  
222 o comitê de bacia, por que isso é um problema, pois o licenciamento ambiental não dialoga  
223 com o comitê de bacia, Nesse sentido, foi realizada uma reunião, onde se teve o  
224 assessoramento da Solange que passou muito tempo contribuindo, pois ela fazia parte de  
225 uma secretaria executiva do comitê até quando ele parou de se reunir e fazer as tratativas, e  
226 nesse tempo a pressão sobre a bacia aumentou consideravelmente, houve uma visita até a  
227 comunidade cidade das luzes, então a gestão ambiental passa pelo fortalecimento dos  
228 comitês de bacias. O comitê sendo restabelecido, o Presidente do comitê vai convocar suas  
229 reuniões, dessa forma, terão uma condução e deliberação com seus próprios componentes  
230 as pessoas que vão fazer parte, assim como, sociedade civil e algumas instituições que tem  
231 relação direta ou indireta com o comitê. Na ocasião, o Presidente passou a palavra ao Sr.  
232 Sergio Miranda, postulante a condução do comitê do Tarumã. O Sr. Sergio Miranda (ISMA)  
233 se apresentou aos conselheiros, disse que sua formação é jornalista, mas que acerca de  
234 seis anos tem um trabalho sócio ambiental de iniciativa individual, o que aos poucos foi se  
235 tornando coletiva na bacia do igarapé do Gigante, que faz parte da Bacia do Tarumã, disse  
236 que ficou honrado com sua condução, pois foi um momento oportuno e espera realmente  
237 poder fazer um bom trabalho nesses dois anos e conta com a colaboração e parceria de  
238 todas as instituições que se relacionam com o tema, e tem a intenção de fazer com que as



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

239 coisas aconteçam nessa bacia, é uma contradição grande, está dentro da maior bacia  
240 hidrográfica do planeta e tratar os recursos hídricos de uma forma tão negligente e absurda,  
241 e espera realmente construir um ordenamento para que a coisa siga em um nível muito  
242 técnico. O Sr. Isaias Nascimento (SEMA) disse que a título de informação a reunião do  
243 comitê irá acontecer no auditório da CPRM, às 09h, no dia 21/11/2016. O Presidente falou  
244 que gostaria de compartilhar com os conselheiros, que conversou com o possivelmente  
245 presidente do Comitê de Bacia do Tarumã, e já aconteceu até reunião de trabalho, por conta  
246 da demanda que está reprimida e tão urgente, que já começou a discutir essas questões  
247 para levar para o comitê, e na estrutura da secretaria iremos disponibilizar um espaço físico  
248 para os comitês de bacias, com mesa, computador, estrutura de apoio para o funcionamento  
249 pleno do comitê de Bacia, no caso, o do Tarumã e o apoio da equipe da SEMA nesse  
250 assessoramento aos membros do comitê de Bacia e também depois o do Puraquequera que  
251 vai ser restabelecido e os outros que viram. Diante disso, propôs aos conselheiros que na  
252 próxima reunião do conselho, seja apresentada a nova diretoria do comitê do Tarumã,  
253 proposta como ponto de pauta da próxima reunião do conselho e tudo que evoluir até a data  
254 da próxima reunião será apresentada ao conselho. Passo seguinte, Apresentação do Pró-  
255 Comitê. O Sr. José Carlos (SEMA) disse que a sugestão da SEMA era passar para todos os  
256 membros do conselho, não só do comitê, como do qualiágua, juntos para analisarem e  
257 discutir na próxima reunião do conselho, pensa ser mais coerente, porque tem um termo de  
258 compromisso e o Governador ainda não assinou também, e está aguardando o governador  
259 assinar e publicar o decreto e outro é um ofício que foi encaminhado a ANA e ainda não foi  
260 recebido a resposta. Sendo assim, sugeri que seja feito os dois juntos na próxima reunião  
261 do conselho. O Presidente falou que o Pró Comitê foi lançado esse ano (não lembra a data),  
262 na Bahia do ponto de vista de solenidade, e como foi colocado como ponto de pauta é  
263 importante que se fale sobre o assunto e depois se detalha isso. O Sr. Isaias Nascimento  
264 (SEMA) fez um breve relato sobre o que é Pró-Comitê, o que ele visa, assim como,  
265 capacitar, tratativa, melhor a comunicação entre os dois colegiados, ele tem a duração de  
266 cinco anos, as metas são avaliadas no âmbito do conselho de recursos hídricos, o Estado já  
267 pediu a adesão e está se aguardando a resposta da Casa Civil. O Presidente disse que para  
268 quem está começando a assumir comitê e tem questões indiscutíveis, e para se realizar  
269 alguma coisa, primeiro temos que ter recurso, então já tem um alento, de que podemos  
270 dispor de 50 mil reais por cinco anos, para despesas do comitê, e as regras de como vai  
271 funcionar isso, os próprios comitês vão cuidar da gestão disso, e o limite é de 500 mil que  
272 vai para cada Estado, sendo assim, poderemos ter até dez comitês contemplados. O Sr.





GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

273 Jose Carlos (SEMA) esclareceu que é cinquenta mil para o comitê existente e a prestação  
274 de contas é feita pelo comitê existente, diante das metas alcançadas. O Presidente  
275 ressaltou que é igual ao Progestão, que os cinquenta mil é passíveis de glosa, se as metas  
276 que compõe, deixarem de cumprir, não poderá ser os cinquenta mil, vai ser vinte ou trinta,  
277 por exemplo, depende das metas, e não sabe como vai ser esse processo, porque foi  
278 lançado agora e dependendo das atividades do comitê esse recurso não vai ser suficiente.  
279 Diante do que foi exposto, e não mais havendo manifestação, o Presidente desejou a todos  
280 os conselheiros e seus familiares um Feliz Natal e um Próspero ano novo, agradecendo a  
281 todos que contribuíram com as políticas públicas do nosso Estado no decorrer de 2016.  
282 Feito isso, o Presidente Antonio Ademir Stroski, deu por encerrada a 32ª Reunião Ordinária  
283 do CERH- AM às 11h50. Eu, Glauce Maria Tavares Monteiro, Assessora do CERH, lavrei a  
284 presente ATA que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas de todos  
285 os membros presentes.

286

287

288

Secretaria Executiva do CERH

289